



Acesse nosso site!



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Projeto de Lei prevê uso de tornozeleira **rosa** para agressores de mulheres

PG 05.

ALMT

Enfermeiro Dejamir Soares toma posse como deputado e reforça defesa da saúde pública



Página 03

REUNIÃO

Cuiabá Regula debate saneamento e abastecimento de água na Câmara Municipal



Página 04

PROJETO DE LEI Nº 481/26

AL aprova financiamento Associação dos Camelôs do Shopping Popular



Página 03

EM SINOP

Flávio Bolsonaro reafirma apoio a Medeiros para o Senado durante a Norte Show



Página 05

SAÚDE

Com aval de Alckmin, Pedro Taques escala "peso pesado" do Agro para chapa ao Senado



Página 05

Artigos

Sistema Braille é conquista da inclusão social

Para muitos, são apenas pequenos pontos numa superfície. Para milhões de pessoas cegas ou com baixa visão, esses pontos representam liberdade, autonomia e dignidade.

O Sistema Braille é uma das maiores conquistas da humanidade no campo da inclusão. Durante séculos, pessoas cegas viveram à margem do conhecimento, dependentes da boa vontade de terceiros ou completamente excluídas dos processos educacionais. A escrita, que impulsionou a evolução da civilização, simplesmente não lhes pertencia.

Foi nesse cenário que o jovem francês Louis Braille transformou essa realidade em 1825. Com um sistema baseado em seis pontos, abriu as portas do conhecimento e da autonomia. Não era apenas sobre ler. Era sobre pensar, criar e decidir.

Em tempos de tecnologia avançada, muitos questionam a relevância do braille. A resposta é simples: nenhuma inovação substituiu seu papel na alfabetização e na formação crítica. Ouvir não é o mesmo que ler. O domínio da escrita estrutura o pensamento e forma o cidadão. Negar o braille é limitar o desenvolvimento da pessoa cega. Promovê-lo é garantir cidadania plena.

Em Mato Grosso, a Lei Estadual 11.110, de minha autoria, representa um avanço concreto nessa direção. A legislação obriga bares, hotéis e restaurantes a disponibilizarem cardápios em braille para clientes com deficiência visual.

Podê parecer simples. Mas não é. Escolher um prato sem depender de ninguém é algo corriqueiro para a maioria. Para quem não enxerga, pode ser um obstáculo real. A lei não trata apenas de acesso à informação. Trata de autonomia, privacidade e pertencimento. Ela garante o direito de decidir por si, sem constrangimento, sem exposição desnecessária.

A Lei 11.110 também cumpre um papel pedagógico. Ela obriga o setor privado a reconhecer uma realidade que, por muito tempo, foi ignorada. Quando um estabelecimento se adapta, não está apenas cumprindo uma obrigação. Está afirmando que aquele espaço é, de fato, para todos. A ausência dessa adaptação escancarou um problema estrutural: a invisibilidade das



personas com deficiência no planejamento do espaço coletivo.

Criar a lei é o primeiro passo. O verdadeiro desafio está na efetividade. Fiscalizar, conscientizar e garantir o cumprimento são medidas essenciais para que o direito não fique apenas no papel.

Inclusão não se constrói com discursos, mas na prática, nas atitudes e no respeito ao outro.

Aqueles pequenos pontos em relevo carregam algo imensurável, a possibilidade de enxergar o mundo com as próprias mãos.

Garantir isso não é favor. É dever. É humanidade.

Max Russi é deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Prevenção de incêndios não é gosto, é obrigatório

Muito se ouve falar em Segurança Contra Incêndios (SCI) em edificações urbanas, indústrias e estabelecimentos comerciais. Mas, já se perguntou sobre a Segurança Contra Incêndios Florestais (SCIF)? Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com vasta área rural e biomas de valor inestimável, a proteção contra o fogo descontrolado não é apenas uma preocupação ambiental, mas uma pauta que exige atenção, ação imediata e, agora, conformidade legal.

Os últimos anos têm sido marcados por uma crescente e alarmante incidência de grandes incêndios florestais. Eventos como os que devastaram o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado não são apenas tragédias ambientais de proporções globais; eles representam perdas econômicas incalculáveis para o agronegócio, ameaçam a segurança alimentar, comprometem a saúde pública e destroem a biodiversidade. No setor rural, o fogo descontrolado consome lavouras, pastagens, infraestruturas e, tragicamente, vidas. A resiliência das comunidades rurais é constantemente testada, e a recuperação, quando possível, é longa, onerosa e, muitas vezes, incompleta.

Diante desse cenário, a promulgação da Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), representa um avanço crucial e uma mudança de paradigma. Esta legislação não apenas disciplina o uso do fogo, mas estabelece diretrizes claras e, mais importante, obrigatórias legais para a prevenção e o combate aos incêndios florestais, com foco especial e direto nas propriedades rurais.

Atenção, produtor rural! Conforme o Art. 45, § 1º da Lei 14.944/2024, o responsável pelo imóvel rural implementará ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais em sua propriedade de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e pelos órgãos competentes do Sisnama. Isso significa que a responsabilidade não é mais apenas do poder público, mas também do proprietário rural, que deve adotar medidas ativas e comprováveis para evitar e combater o fogo. A inação pode acarretar em sérias consequências legais e financeiras.

Minha experiência de décadas me permite afirmar: a existência de normas e a obrigatoriedade de sua adoção são passos cruciais para a mudança de paradigma. Não basta apenas combater o incêndio quando ele já está instalado. Precisamos de uma cultura de prevenção, de um manejo integrado do fogo que envolva todos os atores, desde o pequeno produtor até as grandes corporações do agronegócio. A prevenção é sempre mais eficaz e, inegavelmente, mais econômica do que a remediação. Estudos internacionais de alto rigor científico, como o relatório "Natural Hazard Mitigation Saves" do National Institu-



te of Building Sciences (NIBS) dos Estados Unidos, demonstram que cada dólar investido em medidas de mitigação e prevenção contra desastres, incluindo incêndios florestais, pode gerar uma economia de até US\$ 13 em custos futuros de resposta e recuperação. É, portanto, um investimento direto na proteção do seu patrimônio, na continuidade da sua produção e na sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Para o produtor rural, a adoção de medidas preventivas é agora uma obrigatoriedade legal inadiável e uma necessidade estratégica para a longevidade do negócio. Entre as ações que devem ser implementadas, destaque: Criação e Manutenção de Aceiros; Queimas Controladas e Prescritas; Manejo da Vegetação; Capacitação de Equipes; Monitoramento Ativo; Elaboração e Implementação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF).

As projeções climáticas são claras: os desafios futuros serão intensificados por secas severas. "Estamos prevenindo o fim das chuvas no segundo semestre e uma grande seca, há sério risco de incêndios extremos em 2026 e no mais tardar em 2027", alertei recentemente. Essa previsão não é para alarmar, mas para reforçar a urgência de que as medidas preventivas sejam implementadas de forma efetiva e imediata em cada propriedade rural.

A conscientização é a chave para o sucesso da PNMIF e para a proteção do nosso agronegócio. É fundamental que os produtores rurais compreendam não apenas as obrigatoriedades legais e as penalidades pelo descumprimento, mas também os benefícios de um manejo adequado do fogo para a sustentabilidade de suas propriedades, a segurança de suas famílias e a preservação dos biomas brasileiros. A prevenção é a melhor ferramenta para garantir um futuro próspero e seguro para o campo.

Aluisio Metelo Junior é Coronel Veterano do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso.

Guerra no Oriente Médio



As negociações entre Estados Unidos e Irã seguem como um dos principais focos de tensão e expectativa no cenário internacional. Muito além de um impasse diplomático, o diálogo ainda incerto, entre as duas potências repercute simultaneamente nas esferas econômica, militar e geopolítica, com efeitos diretos para o equilíbrio global.

No campo econômico, os desdobramentos são imediatos. A possível retomada do Plano de Ação Conjunto Global pode permitir o retorno do petróleo iraniano ao mercado internacional, ampliando a oferta e influenciando os preços globais da commodity, como o Brent crude, que hoje já ultrapassa mais de \$ 95 dólares o barril. Analistas apontam que um acordo tende a reduzir pressões inflacionárias em diversos países, enquanto a manutenção de sanções reforça a volatilidade e a incerteza nos mercados financeiros.

Já no aspecto militar, o cenário é considerado o mais sensível. O avanço do programa nuclear iraniano, intensificado após o enfraquecimento do acordo de 2015, eleva o risco de ações preventivas por parte de aliados dos EUA, especialmente Israel.

A presença militar americana no Oriente Médio e a capacidade de resposta do Irã, incluindo mísseis e estratégias assimétricas, criam um ambiente de dissuasão mútua, mas também de alto potencial de escalada. Pontos estratégicos como o Estreito de Ormuz permanecem sob vigilância constante, dada sua relevância para o fluxo global de energia.

No plano geopolítico, os efeitos são mais amplos e duradouros. As negociações influenciam diretamente o reposicionamento de potências globais e regionais. Países como China e Rússia têm ampliado sua aproximação com o Irã, desafiando a tradicional influência americana. Ao mesmo tempo, organismos internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica, desempenham papel central na tentativa de garantir transparência e confiança nas tratativas.

Especialistas destacam que os três eixos: econômico, militar e geopolítico estão profundamente interligados. Uma eventual escalada militar pode provocar choques imediatos nos mercados, enquanto avanços diplomáticos tendem a reduzir tensões e favorecer a estabilidade internacional. Já mudanças geopolíticas estruturais podem redefinir alianças e influenciar tanto decisões estratégicas quanto fluxos comerciais.

Diante desse cenário, o futuro das negociações entre Estados Unidos e Irã permanece como um termômetro da estabilidade global. Entre avanços pontuais e impasses persistentes, o mundo acompanha atento a um processo que pode tanto aliviar tensões históricas quanto desencadear novos períodos de instabilidade internacional.

Ronny Steffan é Pesquisador Especialista em Política e Eleição.



Av. São Sebastião, nº 4210, Bairro Santa Helena

Cuiabá-MT - CEP: 78.045-000 - Fone: (65) 9.9812-0300 - (65) 99972-1477

Jornal Extra MT News

Razão Social: EXTRA MATO GROSSO COMUNICAÇÃO LTDA.

E-mail: jornalextramt@gmail.com extramtnews@gmail.com

Endereço: AV. SÃO SEBASTIÃO, 4210 - SALA 01 - QUILOMBO

Cidade: Cuiabá/MT - CEP: 78045-000

Tel.: (65) 9912-0300 - CNPJ: 64.416.676/0001-43

Fundadores:

Pedro Barros (In Memoriam)

Jean Barros

Diretor Financeiro:

Leonardo Augusto

Editor de Arte:

Riely Gaudie Lei Oliveira

Jornalistas:

Nelli Tirelli

Rafael Costa

Colunista:

Evelyne Corrêa

Repórter:

Nathália Monteiro

Assessoria Jurídica:

Lauren Barros

Social Media:

Eliana Costa

Assessoria Contábil:

André Castilho

Everaldo Negrão

Distribuição:

Rodrigo Oliveira

Maria Vitória

ALMT

Enfermeiro Dejamir Soares toma posse como deputado e reforça defesa da saúde pública

ITIMARA FIGUEIREDO

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) empossou, nesta quarta-feira (22), o enfermeiro Dejamir Soares (PSDB) como deputado estadual. Ele assume a vaga deixada pelo deputado licenciado Juca do Guaraná (PSDB).

Em seu discurso de posse, Dejamir Soares fez um resgate de sua trajetória pessoal e profissional, destacando a origem humilde, a influência familiar e a atuação no movimento sindical.

“Minha história começa com muita luta. Venho de uma família simples, de base da Igreja Católica, com seis filhos criados com muito esforço. A política sempre esteve presente na minha família, uma família de luta”, relembrou.

Também enfatizou sua formação e experiência na área da saúde e criticou a dificuldade de acesso a exames no estado, que segundo ele, compromete o tratamento dos pacientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Não adianta consultar se o exame demora anos. Sem diagnóstico, não há tratamento”, resumiu.

Ele relatou que filas para tomografia e ressonância podem chegar a três anos e contou que vai apresentar um projeto de lei após ver um paciente morrer sem diagnóstico.

“Uma mãe me disse que o filho morreu esperando a ressonância. Isso me marcou”, disse.



De acordo com Soares, a proposta prevê prazo de até 60 dias para realização dos exames e, caso não haja oferta na rede pública, o atendimento deverá ser feito na rede privada, custeado pelo Estado.

Sua posse foi marcada por discursos que destacaram a representatividade da área da saúde no Parlamento. O deputado Dr. João (MDB) ressaltou a

importância da chegada de um profissional da enfermagem à Casa de Leis.

“Eu, como membro da saúde, médico, fico muito feliz de termos a enfermagem representada neste Parlamento. É um reforço importante para as pautas da saúde”, afirmou Dr. João.

O deputado Chico Guarnieri (PSDB) também deu boas-vindas ao novo colega e destacou

sua preparação.

“Você é uma pessoa preparada e representa muito bem a categoria da enfermagem. A Assembleia ganha com a sua chegada, e tenho certeza de que contribuirá muito com pautas importantes para Mato Grosso”, pontuou.

Presidindo a sessão, Wilson Santos (PSD) fez uma homenagem à trajetória familiar do

novo parlamentar.

“Depois de mais de 90 anos de luta, sua família teve hoje o privilégio de ver seu filho sendo ungido pela sociedade mato-grossense e fazendo história no Parlamento estadual”, declarou.

O suplente de deputado Alex Sandro (Republicanos) também participa do rodízio na ALMT assumindo a vaga do deputado licenciado Diego Guimarães.

LEGISLATIVO CUIABANO

Câmara aprova moção de repúdio contra indicação de Messias ao STF



Antoniél Pontes

Com 11 votos favoráveis, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, na sessão de quinta-feira (23), duas moções de repúdio contra a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal. As propostas foram apresentadas pelos vereadores Rafael Ranalli (PL) e Dilemário Alencar (União Brasil), levando ao plenário a discussão sobre a escolha para a mais alta Corte do país.

As manifestações fazem oposição direta à nomeação, sob o argumento de que a trajetória do indicado estaria fortemente vinculada a governos petistas, o que, segundo os parlamentares, levanta dúvidas sobre a independência necessária para o exercício do cargo.

Na justificativa, Ranalli destaca que a indicação gera “profunda preocupação” e menciona o episódio conhecido nacionalmente como “Bessias”, ocorrido em 2016, durante o governo Dilma Rousseff. À época, o nome de Messias

apareceu em diálogos relacionados ao envio de um termo de posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em meio às investigações da Operação Lava Jato, fato que teve grande repercussão pública.

As moções também apontam críticas à atuação do indicado à frente da Advocacia-Geral da União, citando questionamentos sobre a condução de pautas jurídicas e suposta omissão em casos sensíveis, como descontos indevidos em benefícios do INSS.

Outro ponto levantado nos documentos é o perfil considerado político do indicado, com a alegação de que não haveria demonstração suficiente de independência e solidez técnica exigidas para um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ao final, Ranalli sustenta que o STF deve ser composto por nomes com reputação ilibada, equilíbrio institucional e compromisso absoluto com a Constituição Federal, posição reforçada com a aprovação das moções em plenário.

PROJETO DE LEI Nº 481/26

AL aprova financiamento Associação dos Camelôs do Shopping Popular

GABRIELA ABREU CARVALHO

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, nesta quarta-feira (22), em sessão plenária presidida pelo deputado estadual Wilson Santos (PSDB), o Projeto de Lei nº 481/26, encaminhado pela Mensagem nº 73/26 do Poder Executivo, que autoriza o financiamento de até R\$ 15 milhões para a Associação dos Camelôs do Shopping Popular (ACSP), em Cuiabá.

A proposta tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), sob a presidência em exercício e relatoria do deputado estadual Eduardo Botelho (MDB), que emitiu parecer favorável. O texto foi aprovado em primeira votação na comissão e, posteriormente, recebeu aprovação unânime em segunda votação em plenário, nos termos do substitutivo integral nº 01, apresentado por lideranças partidárias. A proposta segue agora para os trâmites finais do processo legislativo.

O projeto autoriza o Estado, por meio da Desenvolve MT, a conceder financiamento destinado à melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos e modernização do Shopping Popular. Os recursos são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso (Fundes) e chegam em um momento decisivo para a reconstrução do espaço, após os impactos recentes sofridos pela estrutura.

Presidente da Associação dos Camelôs do Shopping Popular, Misael Galvão destacou a importância da aprovação e relembrou o histórico de apoio do deputado Eduardo Botelho ao empreendimento.

“É muito importante esse projeto ter sido aprovado. Eu sempre faço questão de destacar que o deputado Botelho foi



um dos primeiros, ainda como presidente da Assembleia, a defender nossa causa lá atrás, no momento do incêndio. A plantação foi feita naquele período, e agora começa a colheita, com esse financiamento que vai nos permitir concluir a reconstrução. É assim que a gente renasce das cinzas”, afirmou.

Misael também ressaltou a confiança na condução do processo legislativo. “Para mim, como cidadão e como presidente do Shopping Popular, a relatoria do deputado Botelho trouxe muita tranquilidade. Eu sabia que não haveria dificuldade, porque ele conhece por dentro e por fora a realidade do Shopping Popular e as nossas necessidades. Fica aqui minha gratidão a ele e a todos os deputados que votaram favoravelmente”, completou.

O deputado Eduardo Botelho enfatizou que a aprovação representa um avanço concreto para os comerciantes. “Esse recurso chega em um momento fundamental para garantir melhores condições de trabalho, fortalecer a atividade econômica e assegurar dignidade a centenas de famílias que dependem desse espaço”, destacou.

Durante a sessão, Wilson Santos reforçou o caráter histórico da aprovação unânime e o compromisso do Parlamento com o desenvolvimento econômico e social do Estado. O parlamentar também parabenizou Misael Galvão pela atuação à frente da entidade e pela articulação em prol dos comerciantes.

REUNIÃO

Cuiabá Regula debate saneamento e abastecimento de água na Câmara Municipal

Adriana Assunção

Os representantes da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Cuiabá Regula) teve papel central em reunião ampliada proposta pela vereadora Dra. Mara, que debateu indicadores, metas contratuais, relatórios regulatórios e a estrutura do sistema de esgotamento sanitário da capital. O encontro antecede a audiência pública sobre a revisão do contrato de concessão da Águas Cuiabá.

A reunião foi realizada nesta sexta-feira (24) e contou também com a participação da presidente da Casa de Leis, Paula Calil. O encontro reuniu representantes da concessionária, a professora Eliana Rondon, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saneamento Ambiental (Niesa/UFMT), além de representantes das secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e de Infraestrutura e Obras.

Durante a reunião, o presidente da Cuiabá Regula, Alexandre César Lucas, e sua equipe, formada pelo diretor regulador de Saneamento Básico, Hemerson



son Leite de Souza, pela superintendente de Saneamento, Il-disneya Velasco, e pelo diretor regulador ouvidor, Vanderlúcio Rodrigues, apresentaram dados e esclareceram o papel da agência no acompanhamento do contrato, especialmente na análise de relatórios regulatórios e

na fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

“As reuniões são importantes para que as informações sejam confrontadas e reflitam, de maneira mais fidedigna possível, tanto às autoridades quanto, principalmente, ao cidadão. A agência continua de portas

abertas para receber contribuições da sociedade, das instituições e dos órgãos de controle, buscando garantir clareza de responsabilidades e foco na melhoria dos serviços prestados à população”, afirmou Alexandre.

Um dos pontos discutidos foi a reestruturação do sistema de

esgotamento sanitário. Cuiabá possui quatro grandes sistemas e passou por mudanças no número de estações de tratamento de esgoto, que foram reduzidas de 25 para 15 após acordo entre a concessionária e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

A agência reguladora ressaltou a necessidade de análise técnica sobre essas alterações, especialmente quanto aos impactos no cumprimento das metas previstas no Plano Diretor de Água e Esgoto e no contrato de concessão. Também foram discutidas dúvidas relacionadas ao cálculo do indicador de cobertura de esgoto e à eficiência do modelo atual em determinadas regiões.

Já a professora Eliana Rondon, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saneamento Ambiental, abordou o plano de desativação das unidades dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário e apresentou questionamentos sobre divergências de dados entre diferentes bases de informação, o que reforçou a importância da atuação da agência como instância técnica mediadora.

EM VÁRZEA GRANDE

Bairros planejados impulsionam novos polos comerciais



Por Nelli Tirelli

Movimento descentraliza criação de empregos formais na cidade; região do Jardim dos Estados, que está ganhando um novo empreendimento do tipo, é uma das que mais tiveram aumento proporcional de vagas com carteira assinada nos últimos anos.

O número de trabalhadores formais atuando nos bairros de Várzea Grande vem crescendo progressivamente nos últimos 15 anos, num indicativo de que a economia da cidade está se descentralizando, à medida em que novos pólos comerciais se consolidam no município.

É o que apontam dados do Ministério do Trabalho obtidos pela Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e disponibilizados no Painel de Indicadores de Várzea Grande, vinculado ao Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico. Em 2010, a cidade tinha 39,8 mil trabalhadores formais; em 2021, esse número passava de 53,6 mil. Em fevereiro deste ano, o contingente superou 60 mil profissionais atuando com carteira assinada, conforme o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O crescimento é de 50% entre 2010 e 2026. Os números revelam que há mais gente trabalhando formalmente em mais bairros do município, sugerindo que mais empresas estão operando em diferentes regiões de Várzea Grande, formando novas centralidades. É um termo difundido entre urbanistas para explicar o surgimento de novos pólos comerciais e de conveniências nas cidades.

O bairro Cristo Rei, por exemplo, tinha

1.077 trabalhadores formais em 2010. Em 2019, esse número saltou para 3.670, num aumento de 240% no período. No Jardim dos Estados, que está numa das regiões mais pujantes de Várzea Grande, havia 1.141 trabalhadores formais em 2010. Nove anos depois, já no final da década, eram 1.536 profissionais atuando na localidade – um avanço de 34% no período.

“A oferta de comércios, polos gastronômicos e de prestação de serviços em geral acompanha naturalmente o crescimento das cidades, fazendo com que elas se expandam para além das regiões centrais. E esse movimento ganha mais força com a estruturação de bairros planejados, que são pensados com o intuito também de estimular o setor produtivo no entorno dessas localidades”, analisa Jayne Ferrari, gestora de Portfólio do Grupo Trinus. Co., especializado no ramo imobiliário.

Expansão no PIB da cidade

Com um novo bairro planejado aberto sendo estruturado ao redor do Jardim dos Estados, o recém-lançado Vila Mercedes, Jayne Ferrari projeta a região, nos próximos anos, como uma das mais ativas na economia de Várzea Grande.

O PIB (Produto Interno Bruto) do município é um dos três maiores do Mato Grosso. Em 2020, o conjunto das riquezas de Várzea Grande somava R\$ 9,1 bilhões, conforme a Seplag-MT (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão). Em 2023, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), essa conta saltou para R\$ 13,9 bilhões, uma expansão de 52% no período.

SAÚDE

Comissão cobra revisão de demissões no SAMU e amplia debate sobre atendimento pré-hospitalar

ELZIS CARVALHO

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso deliberou, nesta quarta-feira (22), o encaminhamento de cinco pontos relacionados à demissão de 56 profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na Baixada Cuiabana. Entre as medidas estão o pedido de revisão das demissões, esclarecimentos sobre a desativação de unidades e a ampliação do debate sobre a cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Saúde (SES), SAMU e o Corpo de Bombeiros.

De acordo com o presidente da comissão, o deputado Dr. Eugênio (PSB), o governo deve rever a demissão dos 56 profissionais do SAMU desligados em março. Outro ponto discutido é entender por que cinco unidades do SAMU foram desativadas (não estão em funcionamento), além de incluir o serviço no debate de cooperação técnica junto à SES, visando à efetivação do atendimento pré-hospitalar em Mato Grosso.

Durante a votação do encaminhamento mais duas sugestões foram apresentadas à votação, a do deputado Paulo Araújo (Republicanos) sugere colocar no debate a convocação do concurso público para a categoria. O deputado Lúdio Cabral (PT), que está em licença, propôs que a comissão discuta com o Ministério da Saúde, na próxima terça-feira (28), as possíveis renovações dos contratos das 56 demissões dos profissionais do SAMU.

“Nós queremos as renovações imediatas dos contratos dos 56 profissionais demitidos pelo estado. Está claro que o trabalho da atenção pré-hospitalar em Mato Grosso está desfalcado com a ausência desses profissionais especializados e qualificados em campo. É preciso sair daqui com uma posição sobre a renovação do contrato desses profissionais e discutir essas demissões com o Ministério Saúde”, disse Cabral.

O secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo, que está à frente da pasta há 20 dias, afirmou que existe um termo de cooperação técnica entre a SES e Corpo de Bombeiros Militar na ampliação do serviço de atendimento pré-hospitalar no Estado. Esse deba-



te, segundo ele, começou em junho do ano passado. “A cooperação vem para aumentar a cobertura, melhorar o serviço, principalmente nos municípios do interior, onde não tem SAMU”, explicou o secretário.

Melo afirmou ainda que o SAMU está presente em 24 municípios e que existe um projeto de ampliação para mais 28 municípios, representando quase 60% dos municípios que não tem atendimento pré-hospitalar. “Com a cooperação com o SAMU a gente passa a aumentar bem essa cobertura, porque a gente padroniza tanto o comando do pré-hospitalar assim como também os tempos de resposta”, disse o secretário.

Em relação aos 56 profissionais demitidos do SAMU, o secretário Juliano Melo afirmou que hoje há 38 contratos que ainda estão pendentes e que os restantes já foram renovados em outras unidades e até mesmo no SAMU. “Isso muda todo dia. Nossa proposta foi o de conciliação e que atenda a necessidade do SES”, disse o secretário.

Melo explicou que a cooperação à Baixada Cuiabana saiu de 12 unidades de atendimento pré-hospitalar para 25. “Nós aumentamos em quase 40% o número de atendimento e a abrangência de cobertura, como era para ser feito há muitos anos e que agora permite fazer”, disse o secretário.

O primeiro-secretário da ALMT, Dr. João (MDB) afirmou que “onde tudo está funcionando, chega alguém que inventou a roda e quer mudar tudo. Ninguém é contra o trabalho do Corpo de Bombeiros na saúde. Em Tangará da Serra trabalham 14 médicos, onde sete vão para a rua e outros sete ficam na base. Eles têm experiência de atendimento de emergência. Lá o Bombeiro com o SAMU é maravilhoso. Será que o SAMU em Cuiabá é um entrave na Baixada Cuiabana? Se tirar o SAMU o governo federal vai continuar ajudando?”, questionou Dr. João.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PL prevê uso de tornozeleira rosa para agressores de mulheres



Rayan Borges

Projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados propõe o uso de tornozeleira eletrônica rosa para condenados ou monitorados por violência doméstica.

A medida foi apresentada em 15 de abril pela deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) e altera a Lei nº 15.383/2026, que instituiu a tornozeleira a agressores como medida protetiva de uso imediato sempre que houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica de uma mulher ou de seus dependentes. Antes, o monitoramento com o equipamento era aplicado apenas quando do relaxamento de pena imposta ao agressor.

O projeto prevê que a utilização da tornozeleira rosa para agressores de mulheres poderá ser determinada por decisão judicial, especialmente em situações de risco.

Segundo a justificativa do projeto, a falta de uma identificação visual específica para casos de violência doméstica “limita o potencial preventivo da medida, dificultando a fiscalização e reduzindo seu impacto dissuasório”.

“A presente proposta visa suprir essa lacuna ao permitir a adoção de identificação visual diferenciada, inclusive por meio da coloração rosa, com os seguintes objetivos: fortalecer a proteção preventiva da vítima; facilitar a atuação das autoridades competentes; contribuir para a redução da reincidência; reforçar a conscientização social acerca da gravidade da violência contra a mulher”, afirma o texto.

O projeto aguarda análise nas comissões da Câmara dos Deputados.

EM SINOP

Flávio Bolsonaro reafirma apoio a Medeiros para o Senado durante a Norte Show



Da Assessoria

Flávio ressaltou a confiança de Jair Bolsonaro em José Medeiros e destacou a atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados

Durante participação na Norte Show, em Sinop, o senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, reafirmou a escolha do deputado federal José Medeiros como seu candidato ao Senado.

No evento, que reúne lideranças do agronegócio e da política nacional, Flávio destacou a relação de confiança entre Medeiros e o ex-presidente Jair Bolsonaro, além de ressaltar a atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados.

“O nosso candidato ao Senado é José Medeiros. Ele é uma pessoa que o presidente Bolsonaro tem um grande apreço. Eu o acompanho há bastante tempo na Câmara dos Deputados, um parlamentar muito atuante, leal, muito querido”, afirmou.

A declaração reforça o alinhamento político dentro do grupo liderado por Jair Bolsonaro e sinaliza a estratégia de fortalecimento de nomes aliados para a composição do Senado Federal nas próximas eleições.

Já José Medeiros agradeceu a presença

do presidenciável e disse que ele representa Jair Bolsonaro, que foi preso injustamente. Também defendeu a necessidade de segurança jurídica e maior equilíbrio entre os Poderes.

“Flávio Bolsonaro nos trouxe muita segurança. É tudo que nós queremos: segurança jurídica e a anistia para todas essas pessoas presas injustamente. Há muitos presos daqui pelos fatos de 8 de janeiro. O nosso próximo presidente da República está aqui representando um homem inocente, que neste momento está preso por causa de bandidos que quiseram tomar esta República de assalto”, disse.

Medeiros ainda ressaltou a importância de ampliar a representação no Senado Federal como forma de garantir estabilidade institucional no país. Também fez críticas ao Supremo Tribunal Federal, citando o ministro Alexandre de Moraes.

“Flávio está trabalhando junto com o presidente Jair Bolsonaro para que possamos construir maioria no Senado e dar equilíbrio ao Brasil. Não é possível que uma nação como esta, que produz tanto e é tão importante na América Latina, seja governada por um homem só, um ditador da República. Queremos que o Senado tire Alexandre de Moraes de lá para que ele seja julgado e preso. No país de Alexandre de Moraes, ele já estaria preso”, finalizou.

SAÚDE

Com aval de Alckmin, Pedro Taques escala “peso pesado” do Agro para chapa ao Senado



Rayan Borges

A pré-candidatura de Pedro Taques (PSB) ao Senado Federal ganhou um reforço de peso nacional. O vice-presidente Geraldo Alckmin confirmou que será o principal cabo eleitoral do ex-governador em Mato Grosso, com direito a agenda presencial no estado prevista para o primeiro semestre deste ano.

O movimento faz parte de uma estratégia nacional do PSB para ocupar espaços no Centro-Oeste. Em encontro privado em Brasília, Taques não apenas garantiu o apoio de Alckmin, mas também apresentou o “fator agro” de sua chapa: Carlos Ernesto Augustin (Teti). Referência no setor produtivo, Teti desincompatibilizou-se recentemente de postos-chave no Governo Federal como a presidência do Conselho da Embrapa para fortalecer o palanque pessebista.

A vinda de Alckmin repete o movimento feito em 2024, quando o vice-presidente esteve em Cuiabá no segundo turno das eleições municipais. Agora, o foco é garantir que o PSB tenha voz ativa nas decisões do Senado, utilizando a influência de Teti no setor produtivo e a experiência política de Taques para consolidar a chapa.

PRESIDENCIA DA CÂMARA DE CUIABÁ

Michelly Alencar reafirma voto em Ilde Taques e se posiciona contra reeleição na Câmara



A vereadora Michelly Alencar (União) reafirmou, em entrevista ao Veja Bem MT nesta sexta-feira (24), seu compromisso com a candidatura de Ilde Taques (Podemos) à presidência da Câmara Municipal. Integrante da chapa de Taques, a parlamentar aproveitou a ocasião para se posicionar contrária a qualquer mudança no Regimento Interno que permita a reeleição para o cargo.

De acordo com Michelly, a aliança com Ilde foi consolidada antes mesmo de Dilemário Alencar (União) e da atual presidente, Paula Calil (PL), oficializarem suas intenções de disputa. A vereadora enfatizou que manterá sua postura de independência, descartando mudanças de posicionamento por critérios políticos

externos.

Questionada sobre a presença de seu marido, Jefferson Neves, no secretariado do prefeito Abílio Brunini (PL), Michelly foi enfática ao separar a vida profissional da familiar. Segundo ela, o convite ao esposo partiu de uma escolha técnica do prefeito e não envolveu articulações ou pedidos de sua parte, garantindo que seu voto na Câmara não será influenciado pela relação com o Executivo.

Durante a entrevista, a parlamentar também abordou temas como a organização interna do União Brasil, o combate ao feminicídio, o Plano Diretor de Cuiabá e confirmou sua intenção de disputar uma vaga como deputada estadual nas próximas eleições.

12 DE MAIO

TSE marca posse de Nunes Marques como novo presidente



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou para o dia 12 de maio a posse do ministro Nunes Marques no cargo de presidente da corte eleitoral.

Nunes Marques vai assumir o comando do TSE após o fim do mandato da atual presidente, ministra Cármen Lúcia, que completará período de dois anos à frente do tribunal.

A escolha do presidente do tribunal ocorre por antiguidade entre os ministros que também compõem o Supremo Tribunal Federal (STF). O vice-presidente será o ministro André Mendonça.

Natural de Teresina, Nunes Marques tem 53 anos de idade e foi indicado ao

Supremo, em 2020, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para ocupar a vaga deixada pelo ministro Celso de Mello.

Antes de chegar ao Supremo, atuou como desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília.

Foi advogado por cerca de 15 anos e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí.

Composição

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

APOIO EM CONJUNTO

“Em MT, tendência é todos caminharem com Flávio”, diz Mauro Mendes



Pré-candidato ao Senado Federal, o ex-governador Mauro Mendes (União) afirmou que a direita de Mato Grosso tem a tendência de apoiar, em conjunto, a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência da República, na eleição que ocorre em outubro.

Mendes deixou o Palácio Paiaguás em 31 de março para concorrer a uma vaga no Senado Federal.

Em coletiva à imprensa na Norte Show, feira agropecuária que acontece em Sinop, Mendes disse que apesar da sinalização, deve manter diálogo com outros presidenciais durante a pré-campanha, como o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD).

“Ambos têm qualidades, o Caiado tem qualidades. [...] A definição do voto acontece um pouco mais a frente, mas nesse momento eu vou conversar, dialogar, com todas as forças e linhas para tomar uma decisão. Mas, aqui no Estado, a tendência maior é de todos caminharem com Flávio

Bolsonaro”, afirmou.

Para Mendes, o senador carioca tem a vantagem do espólio político deixado pelo pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“O Flávio representa muito bem hoje a herança que recebeu do pai, que foi e é o grande líder da direita hoje no Brasil. Essa herança foi bem recebida por grande parte da direita brasileira e eu não tenho dúvidas de que ele tem grandes perspectivas de se tornar o presidente da República”, disse.

Flávio tem adotado um discurso político mais moderado que o pai, dizem analistas. Para Mendes, ele precisa construir o projeto político visando chegar aos indecisos.

“Ele tem que construir isso com serenidade, fazer boas articulações para agregar principalmente àqueles indecisos”, afirmou.

O presidenciável Flávio Bolsonaro estará na Norte Show na tarde desta quarta-feira (22). Essa é a primeira vez que Flávio vem ao Estado enquanto pré-candidato à República.

DISCUSSÃO NA CÂMARA

Motta cria comissão para analisar PEC da escala 6x1



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), publicou nesta sexta-feira (24) ato criando a comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/19 que trata da redução da jornada de trabalho no país. O texto teve a admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira (22).

A CCJ só analisa se os textos estão aderentes à Constituição Federal. O mérito caberá à comissão especial.

A comissão será composta de 37 membros titulares e de igual número de suplentes. Pelo regimento, o colegiado terá o prazo de até 40 sessões para proferir seu parecer.

Os membros analisarão duas propostas de redução na jornada de trabalho. A primeira, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais. A transição se daria ao longo de dez anos.

A outra proposta pensada (PEC 8/25), da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período.

Na prática, as PECs acabam com a escala de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1). Se aprovadas na comissão especial, irão depois para votação no plenário.

As duas propostas ganharam força com o movimento “Vida Além do Trabalho”, que busca o fim da escala 6x1 para melhorar a saúde mental e a qualidade de vida dos trabalhadores. A admissão das propostas foi aprovada por unanimidade em votação simbólica.

Quando a PEC for à votação no plenário, será exigido um quórum de três quintos dos votos dos deputados, o que corresponde a 308 parlamentares, em dois turnos.

Proposta do governo

Como essa tramitação pode se estender por meses e diante da tentativa da oposição de barrar a PEC, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou ao Congresso, na semana passada, um projeto de lei (PL) com urgência constitucional para acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de 44 para 40 horas semanais.

O PL com urgência precisa ser votado em até 45 dias ou tranca a pauta do plenário da Câmara.

Comunidade de Aguaçu recebe 1.481 atendimentos na estreia do “Justiça em Ação”

Ana Assumpção / Foto: Josi Dias

Uma criança sentada realiza exame oftalmológico. Uma profissional de jaleco branco ajusta um grande equipamento de refração (refrator) posicionado à frente dos olhos do paciente. A primeira edição do projeto “Justiça em Ação”, realizada no dia 10 de abril no Distrito de Aguaçu, localizado a cerca de 40 km de Cuiabá, apresentou um resultado expressivo: 1.481 atendimentos prestados à população ao longo do dia. A iniciativa, promovida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) por meio da Justiça Comunitária, reuniu diversos órgãos públicos e parceiros institucionais para ampliar o acesso da comunidade a serviços essenciais.

Moradores do distrito tiveram acesso a consultas médicas, atendimento odontológico, exames oftalmológicos com entrega de óculos, emissão de documentos, orientações jurídicas, ações educativas, atividades recreativas e serviços voltados à cidadania.

Os números demonstram o alcance social da ação. O maior volume de atendimentos foi registrado no Eixo Educação, Cultura e Esporte,



com 660 serviços prestados. Em seguida aparecem o Eixo Saúde, com 282 atendimentos, e o Eixo Justiça, com 267 atendimentos. Também foram contabilizados 210 atendimentos no Eixo Educação Ambiental e 62 no Eixo Cidadania.

Foto do juiz José Antonio Bezerra Filho sorridente de camiseta e boné pretos escrito “Justiça Comunitária”. Atrás dele, a lateral de um caminhão exibe uma arte colorida com o texto “Justiça Comunitária”. Coordenador estadual da Justiça Comunitária, o juiz José Antonio Bezerra Filho destacou que o resultado confirma a importância de aproximar os serviços públicos da população. “Encerramos esta primeira edição com sentimento de dever cumprido e, principalmente com a certeza de que estamos no caminho certo. Os números demonstram a grande necessidade da população e mostram que, quando as instituições se unem, conseguimos levar dignidade, cidadania e atendimento humanizado para quem mais precisa. O ‘Justiça em Ação’ nasce fortalecido e preparado para seguir transformando vidas”, comentou.

O magistrado também confirmou a continuidade do projeto,

que terá nova edição em maio. “A receptividade da comunidade foi extraordinária e isso nos motiva ainda mais. Já estamos organizando a próxima edição, dando sequência a esse trabalho de aproximação do Judiciário com a sociedade”, disse.

Em uma sala, uma atendente de camisa preta coleta as digitais de um homem senhor, usando um scanner biométrico sobre a mesa. Ao fundo, outras pessoas aguardam atendimento. Realizado na Escola Municipal Rural de Educação Básica Professor Udeney Gonçalves de Amorim, o evento integrou a programação da 2ª Semana Nacional da Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e instituída pela Resolução CNJ n. 576/2024, e reforçou o compromisso institucional do Poder Judiciário com ações sociais concretas voltadas às comunidades em situação de vulnerabilidade.


A ação contou com a participação integrada de diversas instituições, como a Coordenadoria Estadual da Justiça Comunitária, responsável pela Carreta de Oftalmologia, com atendimento e doação de lentes e armações, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, que ofertou serviços médicos e assistenciais, além da Justiça Comunitária de Cuiabá, Assembleia Legisla-



tiva do Estado de Mato Grosso, Perícia Oficial e Identificação Técnica e Prefeitura de Cuiabá, que contribuíram com serviços de documentação, apoio logístico e reforço no atendimento.

Mulher de óculos e uniforme branco com estrelas nos ombros sorri enquanto atende um homem sentado à sua frente. Eles estão em uma mesa com papéis e um carimbo. Também estiveram presentes o Juizado Volante Ambiental, com ações de educação ambiental, o Programa Verde Novo, com doação de mudas, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, o Núcleo de Justiça Restaurativa, além da Proteção e Defesa Civil, Detran, Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, que juntos garantiram uma ampla rede de serviços voltados à cidadania, inclusão social e atendimento à população.

 al.mt.gov.br

 assembleiamt

 FaceALMT

 Canal 30.1

 TVAssembleiaMT

 Rádio 89,5 fm

Acompanhe
o nosso trabalho



DM10

**DORES, FRAQUEZA
E FORMIGAMENTO
NAS MÃOS?**

**PODE SER
HANSENÍASE,
VIU!**

Sinais de alerta nas mãos:

Dormência e formigamento: sensação constante de alfinetadas na pele.

Ressecamento e fissuras: pele muito seca, áspera e com rachaduras devido à falta de suor.

Fraqueza muscular: dificuldade em segurar objetos, com diminuição da força nos dedos e palma da mão.

Dor nos nervos: dor do tipo "choque" ou queimação ao longo do braço.




**Vigilância
em Saúde**
Mato Grosso



ALMT
Assembleia Legislativa

Unindo vozes, fortalecendo cidades.